



Câmara Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: Unanimidade

Em: 19/08/19

REPRESENTAÇÃO N.º 045/2019

Senhor Jorge Custódio Gervásio
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta.

Jorge Custódio Gervásio
Vereador Jorge Custódio Gervásio
Presidente da Câmara

Joseli Anísio Pinto
Vereador Joseli Anísio Pinto
1º Secretário

ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. 285, 286 e 287 / 19

Em: 20/08/19

Senhor Presidente

A vereadora que abaixo assina requer, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, o envio de correspondência anexada a esta Representação ao presidente da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado estadual João Magalhães, e ao deputado Alencar Silveira Jr., solicitando sua atenção para Projeto de Lei que trata da acumulação e a extinção de Ofícios de Registro Civil com Atribuição Notarial na Comarca de Ubá.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firma.

Plenário "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Ubá, aos 19 dias de agosto de 2019.

Rosângela Maria Alfenas de Andrade
VEREADORA ROSÂNGELA MARIA ALFENAS DE ANDRADE



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá, 19 de agosto de 2019

Ao Deputado Alencar da Silveira Jr.
Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Nesta

Prezado Deputado

Encaminho-lhe solicitação da presidente do Centro Comunitário Rural de Miragaia, sra. Marilda Leôncio, acompanhada de abaixo-assinado de moradores do Distrito de Miragaia, em Ubá, expressando a preocupação da comunidade em relação a Projeto de Lei que, em breve, será encaminhado a esta Casa pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, propondo a extinção dos Serviços de Registro Civil com Atribuição Notarial nos distritos de Miragaia e Diamante de Ubá.

Embora cumprindo adequadamente seu papel fiscalizador e organizador dos serviços notariais, zelando por sua satisfatória prestação, a Corregedoria-Geral de Justiça infelizmente não levou em conta o parecer da Diretora do Foro da Comarca de Ubá, Dra. Vilma Lúcia Gonçalves, que recomendou a extinção do serviço notarial no distrito de Diamante de Ubá, mas a manutenção do serviço no distrito de Miragaia.

A Meritíssima Juíza, conhecedora da geografia local, baseou-se na proximidade do Distrito de Diamante de Ubá ao município de Rodeiro, interligados por uma via pública, o que pode permitir escolha aos moradores do Distrito.

Já o Ofício de Registro Civil com Atribuição Notarial do distrito de Miragaia, ainda que deficitário, presta um bom serviço, não só à comunidade local, mas, apesar da distância, até a moradores da sede do Município, dada a demora para agendamento de algum serviço nos cartórios de registro civil da sede.

Como é sabido, a situação deficitária de um cartório **não ofende o princípio da Eficiência**, pois em nada onera o Poder Judiciário, uma vez que não há repasse de recursos públicos para os Ofícios de Registro Civil; por outro lado, **cumprimento o preceito da Efetividade**, ao levar aos rincões do país tão relevante serviço.

Lembramos ainda que, em 4 de julho, a Corregedoria-Geral de Justiça expediu o Aviso n. 35/CGJ/19, em que solicita aos Juízes de Foro atualização semestral da lista geral de vacância, para



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

fins de concurso público, a realizar-se em breve, o que poderia oferecer ao Distrito nova chance de preenchimento do cargo.

É assim que, em meu nome e da Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor da Câmara Municipal de Ubá, pedimos sua colaboração, quando da apresentação do Projeto de Lei pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública da ALMG, com apresentação de um substitutivo excluindo a extinção do serviço de registro civil em Miragaia, tendo em vista tanto o que expomos, como o parecer da MM. Juíza, Dra. Vilma Lúcia Gonçalves e a manifestação da comunidade do Distrito de Miragaia.

Desde já, agradecidos.


VEREADORA ROSÂNGELA MARIA ALFENAS DE ANDRADE

Membro titular da CDDHC - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Consumidor


VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA

(Presidente da CDDHC)


VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS

Membro titular da CDDHC


VEREADOR JOSELI ANÍSIO PINTO

Membro suplente da CDDHC


VEREADOR DARCI PIRES DA SILVA

Membro suplente da CDDHC



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

VEREADOR ANTERO GOMES DE AGUIAR

Membro suplente da CDDHC



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá, 19 de agosto de 2019

Ao Presidente da Comissão de Administração Pública da ALMG

Deputado João Magalhães

Nesta

Senhor Presidente

Encaminho-lhe solicitação da presidente do Centro Comunitário Rural de Miragaia, sra. Marilda Leôncio, acompanhada de abaixo-assinado de moradores do Distrito de Miragaia, em Ubá, expressando a preocupação da comunidade em relação a Projeto de Lei que, em breve, será encaminhado a esta Casa pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, propondo a extinção dos Serviços de Registro Civil com Atribuição Notarial nos distritos de Miragaia e Diamante de Ubá.

Embora cumprindo adequadamente seu papel fiscalizador e organizador dos serviços notariais, zelando por sua satisfatória prestação, a Corregedoria-Geral de Justiça infelizmente não levou em conta o parecer da Diretora do Foro da Comarca de Ubá, Dra. Vilma Lúcia Gonçalves, que recomendou a extinção do serviço notarial no distrito de Diamante de Ubá, mas a manutenção do serviço no distrito de Miragaia.

A Meritíssima Juíza, conhecedora da geografia local, baseou-se na proximidade do Distrito de Diamante de Ubá ao município de Rodeiro, interligados por uma via pública, o que pode permitir escolha aos moradores do Distrito.

Já o Ofício de Registro Civil com Atribuição Notarial do distrito de Miragaia, ainda que deficitário, presta um bom serviço, não só à comunidade local, mas, apesar da distância, até a moradores da sede do Município, dada a demora para agendamento de algum serviço nos cartórios de registro civil da sede.

Como é sabido, a situação deficitária de um cartório **não ofende o princípio da Eficiência**, pois em nada onera o Poder Judiciário, uma vez que não há repasse de recursos públicos para os Ofícios de Registro Civil; por outro lado, **cumpra plenamente o preceito da Efetividade**, ao levar aos rincões do país tão relevante serviço.

Lembramos ainda que, em 4 de julho, a Corregedoria-Geral de Justiça expediu o Aviso n. 35/CGJ/19, em que solicita aos Juízes de Foro atualização semestral da lista geral de vacância, para



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

fins de concurso público, a realizar-se em breve, o que poderia oferecer ao Distrito nova chance de preenchimento do cargo.

É assim que, em meu nome e da Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor da Câmara Municipal de Ubá, pedimos sua avaliação acurada quando da apresentação do Projeto de Lei pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, tendo em vista tanto o que expomos, como o parecer da MM. Juíza, Dra. Vilma Lúcia Gonçalves e a manifestação da comunidade do Distrito de Miragaia.

Desde já, agradecidos.


VEREADORA ROSÂNGELA MARIA ALFENAS DE ANDRADE

Membro titular da CDDHC - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Consumidor


VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA
(Presidente da CDDHC)


VEREADOR GILSON FAZOLIA FILGUEIRAS

Membro titular da CDDHC


VEREADOR JOSELI ANÍSIO PINTO

Membro suplente da CDDHC


VEREADOR DARCI PIRES DA SILVA

Membro suplente da CDDHC



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS


VEREADOR ANTERO GOMES DE AGUIAR

Membro suplente da CDDHC